



## Um espaço para a ciência Oitocentista: o acervo de ciências do Real Gabinete Português de Leitura na segunda metade do século XIX

Monique de Siqueira Gonçalves<sup>1</sup>

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira<sup>2</sup>

### Apresentação

Desde a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, deu-se início à construção de um aparato institucional de cunho cultural/científico no Rio de Janeiro, então capital do Império português, com o intento de reconstruir na nova sede do governo o ambiente cosmopolita lisboeta, sendo as primeiras ações nesse sentido representadas pela criação de instituições públicas como a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, todas no mesmo ano de chegada da família real. Tal esforço se estenderia e se intensificaria na capital no período pós-independência com a fundação, na década de 1830, por iniciativa do Estado, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e na transformação da Escola em Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Outras iniciativas de cunho particular também seriam relevantes nesse processo de constituição de um aparato institucional de cunho cultural no Rio de Janeiro, dentre as quais destacamos: a Biblioteca da Associação “Germania” (1821), o Gabinete Inglês de Leitura (1826), o Real Gabinete Português de Leitura (1837), a Biblioteca Fluminense (1847) e a Biblioteca da Imperial Associação Tipográfica Fluminense (1854), isto somente para citar alguns desses empreendimentos.

Conforme destaca DeNipoti (2008), tais iniciativas vinculavam-se, sobretudo, a um processo mais amplo de definição da identidade nacional, a qual deveria estar vinculada a uma ideia de civilização ocidental e informada pela noção de progresso. As bibliotecas cumpririam, desta forma, uma função “redentora” de uma sociedade em processo de modernização de seus espaços públicos<sup>3</sup>.

Outros empreendimentos de cunho cultural/comercial proporcionavam à elite intelectual carioca o acesso a livros e periódicos de procedências diversas e a preços

<sup>1</sup> Pesquisa financiada por bolsa de pesquisa de *Pós-doutorado Nota 10* da FAPERJ.

<sup>2</sup> Pesquisa financiada por bolsa de pesquisa *Cientista do Nosso Estado* da FAPERJ.

<sup>3</sup> Sobre o processo de constituição dos espaços públicos no Brasil, na primeira metade do século XIX, ver Morel (2005).



“módicos”, figurando entre eles: o Gabinete português e francês de Mongie, o Gabinete português e francês de Crémerie, o Gabinete francês de Dujardin, o Gabinete português e francês de Piacentini, o Gabinete português e francês da rua do Ouvidor e o Gabinete francês (rua da Quitanda). Tais empresas assemelhavam-se aos tradicionais gabinetes de leitura inglês e francês que tinham o traço comum de serem estabelecimentos de caráter, ao mesmo tempo, comercial e cultural, já que possibilitavam aos seus assinantes a leitura e/ou a locação de livros e periódicos sem a necessidade de compra (SOARES, 2006). Conforme destaca Soares, as primeiras “bibliotecas circulantes”, de proprietários franceses, dataria da primeira metade do século XIX, sendo uma das mais conhecidas a Casa do Livro Azul, que funcionara de 1828 a 1852, e onde os clientes poderiam comprar, trocar ou alocar livros pagando uma taxa de “80 réis por dia e, por mês 2.000 réis” (In: *Jornal do Commercio*, 23/12/1835 Apud SOARES, 2006, p. 20).

De forma geral, notamos que este esforço, seja por parte do Estado ou por parte de grupos pertencentes à sociedade civil, se dava no sentido de conformar na capital do Império português, depois Império do Brasil, um aparato institucional que proporcionasse aos indivíduos alfabetizados, o acesso a leituras diversas e atualizadas, sobre os mais diversos assuntos. A ciência seria, entretanto, um dos assuntos privilegiados por estes acervos, principalmente porque se estabelecera na cidade a primeira Faculdade de Medicina do Império e os alunos careciam de meios alternativos para obterem os conhecimentos necessários à sua formação, haja vista o alto preço dos livros.

Assim, intentamos apresentar as reflexões realizadas sobre o papel do Real Gabinete Português de Leitura neste contexto, dando ênfase para o acervo relacionado às ciências encontrado nos catálogos desta instituição, que se em 1870 contava com mais de 30 mil títulos e já era considerado um dos principais acervos da cidade, teria, no fim do Império um acervo estimado em 50 mil volumes. Pretendemos, assim, responder a perguntas como: Qual a importância relativa do acervo de ciências em meio ao acervo geral do Real Gabinete Português de Leitura? Era ele frequentado por alunos da Faculdade de Medicina? Os livros disponibilizados eram majoritariamente em que língua? Era relevante e atualizado este acervo? Qual a relevância deste acervo para o processo de constituição do campo científico no Brasil?

## **O mercado de livros carioca e a constituição dos Gabinetes de Leitura**



Após o decreto que pôs fim à censura prévia, assinado por D. João VI em 2 de março de 1821, deu-se início a um período de liberdade de imprensa no Império do Brasil. Tal ato resultara na multiplicação da publicação de periódicos, se constituindo como um verdadeiro impulso à instalação de tipografias responsáveis pela impressão dos jornais diários que circulariam com cada vez mais intensidade, assim como de livros de autores estrangeiros (versados para o português) ou de autores nacionais.

O mercado de livros também se beneficiou de um crescente incremento do interesse por livros e periódicos impressos, por parte de um público leitor, após esse ato oficial e em algumas décadas o Rio de Janeiro se tornaria o principal polo de atração de tipógrafos e mercadores de livros de países europeus, que a exemplo de Louis Mongie, Baptiste Louis Garnier, Jean Baptiste Lombaerts e Eduard Laemmert veriam suas fortunas se multiplicarem em terras brasílicas<sup>4</sup>. Entrementes, apesar do baixo índice de alfabetização registrado entre a população livre do Império do Brasil (cerca de 18,5%), o Rio de Janeiro reunia a maior porcentagem de alfabetizados, perfazendo a cifra de 43,8%, número bem superior à média nacional<sup>5</sup>.

Assim, tanto por agregar uma significativa parcela de consumidores de impressos, como por atuar como a sede econômica do país, a capital se consolidaria, durante o século XIX, como o principal porto de entrada de impressos do Império, estando estabelecidos na cidade também o maior número de livreiros, editores e mercadores de livros de todo o país (FERREIRA, 1999; HALLEWELL, 2005; BRAGANÇA; ABREU, 2010; GONÇALVES, 2013). As principais ruas do centro da cidade passariam, paulatinamente, a ser povoadas por uma grande oferta de impressos, vendidos por mercadores de livros ou alfarrabistas que ofertavam toda espécie de gênero literário, fazendo com que, segundo Alessandra El Far (2004), dificilmente um leitor voltasse para a casa de mãos vazias, haja vista a grande oferta de livros para todos os gostos e bolsos.

Importante destacar que tal comércio seria incentivado, sobretudo, pela concentração de uma elite intelectual e política no Rio de Janeiro, cuja mola propulsora se encontrava tanto na centralização da burocracia imperial na cidade, como na existência de instituições como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, responsável pela formação de muitos filhos da elite política e econômica de todo o Império.

---

<sup>4</sup> Marisa Midori Deaecto analisa, na obra *O Império dos Livros* (2011), a interessante trajetória do livreiro Louis Garroux na São Paulo Oitocentista.

<sup>5</sup>BRASIL. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf). Acesso em: 05/03/2015.



Sendo assim, para aqueles que não dispunham de uma soma mensal significativa para adquirir seus livros nas afamadas prateleiras da rua do Ouvidor, era possível comprar obras usadas entre os alfarrabistas localizados nas ruas vizinhas, ou mesmo trocar ou alugar impressos à baixo custo nas “bibliotecas circulantes” ou gabinetes de leitura, de cunho comercial. Ainda para aqueles que dispunham de uma quantia razoável, seria possível se associar aos gabinetes formados inicialmente por círculos de emigrados como o Gabinete Português de Leitura, a Biblioteca da Associação “Germania” e o Gabinete Inglês de Leitura. Além disso, haveria a possibilidade de acessar as obras desejadas por meio de bibliotecas públicas como a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Fluminense ou ainda através das bibliotecas especializadas, a exemplo das bibliotecas: da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica, do Exército e da Marinha.

De forma geral, os letrados do país encontravam nas livrarias, gabinetes de leitura comerciais e de associações, assim como nas bibliotecas públicas, ambientes de sociabilidade onde o gosto pela leitura conferia a esses indivíduos um *status* elevado em meio a uma sociedade altamente hierarquizada. Não raro as tipografias e as redações de jornais também cumpriam esse papel (somados a ambientes como cafés e boticas), reunindo um círculo de letrados que, por meio desses espaços, se inseriam em fechadas redes clientelares a fim de adquirir prestígio devido ao estreitamento de laços afetivos, políticos e profissionais entre os frequentadores (FERREIRA, 2001).

### **Os livros de ciência médica no acervo do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**

O Gabinete Português de Leitura foi fundado em maio de 1837 por uma associação de emigrantes portugueses residentes na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Schapochnik, o processo de formação do acervo desta instituição se constituiu com base no seu caráter identitário, já que ele se organizara enquanto um espaço de salvaguarda da memória nacional. Ademais, como destaca Azevedo (2008), o emigrado luso que aportava no Rio de Janeiro no século XIX encontrava poucos lugares para usufruir o que era editado em seu país, em função de um “francesismo” que alijara a cultura lusa dos espaços de leitura. Aspecto que certamente também deveria resultar da existência de um forte sentimento antilusitano na cidade do Rio de Janeiro, sobressaltado durante o período anterior e pós-independência do Brasil (RIBEIRO, 1997).

O fortalecimento da identidade do idioma também permearia, pois, de acordo com Azevedo (2011), a criação de bibliotecas associativas como o Gabinete Português de Leitura, atuando como um espaço de sociabilidade para os cidadãos falantes da mesma língua e que aqui viviam. Assim, a consolidação de um caráter identitário da cultura portuguesa na formação do acervo objetivava consolidar os ideais de manutenção de uma memória lusitana em um ambiente progressivamente hostil a essa cultura.

No que tange ao rico acervo de ciências médicas existente no Gabinete e levantado pela leitura do catálogo elaborado e publicado pelo bibliotecário Franklin Ramiz Galvão, em 1906, pudemos identificar a existência de um substantivo acervo de obras nas línguas portuguesa e inglesa. Tal aspecto destoava significativamente do acervo sobre a mesma temática existente na principal biblioteca pública do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional. Nesta, a existência maciça de obras na língua francesa não só reafirmava o dito francesismo como refletia a proeminência da medicina francesa, principalmente relacionada ao higienismo, entre os círculos de intelectuais médicos cariocas (GONÇALVES, 2014).

Em uma análise preliminar, identificamos cerca de 2.000 obras referentes à medicina, figurando entre elas muitas edições publicadas por tipografias de Lisboa, de autoria de médicos ingleses ou portugueses pouco citados nas teses e dissertações defendidas na Faculdade de Medicina, ou mesmo nos periódicos médicos especializados editados por iniciativa da Academia Imperial de Medicina, ou por iniciativa privada de certos círculos de médicos.

Figuravam obras de autores como: J. B. Cardoso, *Formulário geral médico-cirúrgico, ou guia prático do médico, do cirurgião e do farmacêutico* (1842); Julio Arthur Lopes Cardoso, *A medicina nos casos urgentes* (1888); M. R. D'Oliveira, *Medicina doméstica* (1883); e Felipe José Rodrigues, *Dicionário homeopático portátil de sintomas escrito em 1858* (1867)<sup>6</sup>, somente para citar alguns títulos. Muitas das obras presentes na seção de ciências médicas, em língua portuguesa, eram caracterizadas por serem direcionadas a leitores leigos que quisessem exercer as artes de curar no domínio doméstico. O que não significa que eram poucas as obras direcionadas aos leitores especializados, sendo muitas as edições deste gênero em língua francesa e inglesa.

Também é notável a presença de obras referentes à medicina homeopática, o que de certo se relacionava com a atuação de médicos homeopatas na instituição, a exemplo do primeiro bibliotecário, o Dr. José d'Almeida e Silva. Uma influência teórica que, apesar de

---

<sup>6</sup> Obras citadas somente como amostragem do acervo.



rechaçada por grande parte da categoria médica “oficial” da Corte, angariara muitos seguidores, principalmente após a ocorrência da primeira grande epidemia de febre amarela na cidade – que se sucedera à introdução da homeopatia no Brasil –, representado pela figura do médico francês Benoît Jules Mure. Tal característica também se fazia presente na Biblioteca Nacional, refletindo o interesse por parte da categoria médica e por uma soma significativa da população pelas fórmulas infinitesimais homeopáticas.

Também faziam parte deste acervo, já no século XIX, livros de autoria de muitos médicos de língua inglesa como: G. L. Harris, *Legislation on insanity* (1884); W. Aitken, *Handbook of the Science* (1855); G. H. Barkow, *A manual of the practice of medicine* (1856); Thomas Graham, *Modern domestic medicine* (1853); e James Copland, *A dictionary of practical medicine* (1866)<sup>7</sup>, muitos dos quais eram provenientes de uma doação<sup>8</sup> feita pelo boticário, formado em ciências em Bruxelas na década de 1860, e renomado pela sua atuação na Corte imperial, Antonio Alves Ferreira (VELLOSO, 2007).

Em contrapartida, entre os autores franceses figuravam obras de autores bastante apropriados pela literatura médica nacional como: A. Voisin, *Leçons cliniques sur les maladies mentales* (1883); J. M. Charcot, *Oeuvres complètes de J. M. Charcot* (1890); E. Bouchut, *Dictionnaire de thérapeutique médicale* (1867); Ph. Pinel, *Nosographie philosophique ou la méthode...* (1818); e E. Littré, *Dictionnaire de médecine* (1865), entre muitos outros.

Pontuaremos, a título de conclusão provisória, alguns aspectos gerais deste acervo sobre a temática das ciências médicas. Primeiramente, nota-se um grande esforço na compilação de obras de autores de língua portuguesa, pois, além dos livros de autoria de portugueses (presentes em maior quantidade neste acervo do que em qualquer outro acervo de bibliotecas públicas da cidade), estão presentes também jornais de ciências impressos em Lisboa. O que corrobora a perspectiva defendida por Schapochnik e Azevedo de que tal acervo seria constitutivo de um esforço de consolidação de uma memória lusitana na ex-colônia portuguesa.

O Gabinete também tinha sob a sua guarda uma soma substantiva de teses defendidas em instituições de ciências de Lisboa, assim como de teses apresentadas por doutorando a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Observa-se também a presença significativa de obras de medicina impressas por editores nacionais, constituindo-se versões de livros editados originalmente em línguas diversas, a exemplo do famoso *Dicionário de*

<sup>7</sup> Esses nomes refletem uma pequena amostragem.

<sup>8</sup> De acordo com Azevedo (2008) a coleção doada por Alves Ferreira era composta por 1.400 exemplares.



*medicina popular*, de autoria de Chernoviz (3ª edição, editado em 1862), e do livro de Benoît Mure, *O médico do povo*, traduzido por Joaquim José da Silva Pinto, revisto pelo Dr. A de Castro Lopes e impresso pela tipografia de A de Castro Melo, no Rio de Janeiro, em 1868.

Por outro lado, identificarmos neste acervo a presença de clássicos, como o livro de Hipócrates, e de outras edições de autores portugueses do século XVII e XVIII (na sua maioria), além de muitos livros escritos na língua latina de procedências diversas, como o de autoria de Leopoldo Marc Antonio Caldani, *Institutiones physiologicae et pathologicae*, datado de 1784, ou ainda o de Caspari Hofmannus, intitulado *Institutionum*, de 1645.

No entanto, apesar de notarmos uma significativa presença de clássicos, a grande maioria das obras resguardadas pelo Gabinete Português de Leitura, na área das ciências médicas, tinham sido editadas no século XIX, principalmente na segunda metade do século. Tal aspecto denota o esforço perpetrado pelos dirigentes da instituição no sentido de construir um acervo atualizado que pudesse ser consultado pelos seus associados e que, sobretudo, incentivassem as associações, já que estas eram pagas.

No quadro de dirigentes do Gabinete pode estar a explicação para a existência deste rico e atualizado acervo de livros e periódicos de medicina, visto que não raro médicos atuavam como bibliotecários ou mesmo diretores da instituição, como se pode verificar a partir do quadro abaixo. As cifras apresentadas na tabela a seguir também evidenciam o grande esforço, realizado pelos seus representantes, no incremento do acervo que, se inicialmente objetivara ser o representante da cultura lusitana na cidade, no fim do século XIX constituiria-se como uma das principais bibliotecas da capital, sobretudo pela variedade de títulos e autores disponíveis nas estantes da suntuosa sede construída na Rua Luís de Camões, em estilo manuelino, no coração da cidade, outrora sede do império luso-brasileiro.

**Tabela 1** - Acervo do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (1850-1881)<sup>9</sup>

Ano	Acervo	Diretores
1850	Cerca de 16.000 vols.	Dr. Adolpho Manoel Victorino da Costa
1851	Cerca de 18.000 vols.	Idem
1852	Cerca de 20.000 vols.	Idem
1853	Cerca de 22.000 vols.	Idem

<sup>9</sup> Dados retirados do *Almanack Laemmert* (1850-1881).



**XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**  
LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

<b>1854</b>	Cerca de 25.000 vols.	Idem
<b>1855</b>	Cerca de 27.000 vols.	João Henrique Ulrich
<b>1859</b>	Cerca de 30.000 vols.	Dr. José Pedro da Silva Camacho
<b>1860</b>	Cerca de 32.000 vols.	Idem
<b>1861</b>	Cerca de 32.000 vols.	José Peixoto de Faria Azevedo
<b>1862</b>	Cerca de 32.000 vols.	Idem
<b>1864</b>	Cerca de 35.000 vols.	Idem
<b>1865</b>	Cerca de 40.000 vols.	Idem
<b>1867</b>	Cerca de 37.000 vols. de 16.500 obras	José Pereira Soares
<b>1870</b>	Cerca de 42.000 vols. de 18.000 obras	Manoel José Gonçalves Machado Júnior
<b>1873</b>	Cerca de 50.000 vols. de 21.000 obras	Boaventura Gonçalves Roque
<b>1874</b>	Cerca de 50.000 vols. de 21.000 obras	José Joaquim Ferreira Margarido
<b>1875</b>	Cerca de 50.000 vols. de 21.000 obras	Idem
<b>1876</b>	Cerca de 50.000 vols. de 21.000 obras	—
<b>1877</b>	Cerca de 50.000 vols. de 21.963 obras	—
<b>1879</b>	Cerca de 50.000 vols. de 22.681 obras	Eduardo Rodrigues Cardoso Ramalho Ortigão
<b>1881</b>	Cerca de 50.000 vols. de 23.853 obras	

### Referências bibliográficas:

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *A cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. São Paulo: FAPESP; Campinas: ALB, Mercado das Letras, 2005.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847. *Ci. Inf.*, v. 37, n.2, p 20-31, 2008.

\_\_\_\_\_. O acervo bibliográfico do Gabinete Português de leitura como lugar de memória e forma reconhecível: considerações acerca dessas aproximações. *Convergência Lusítada*, n. 25, p. 43-60, 2011.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.





CHARTIER, R. 1998. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 111 p.

DANTES, Maria Amélia Marcarenhas. Fases da implantação da ciência no Brasil. *Quiipu*, México, v. 5, n. 2, p. 265-275, 1988.

DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

DENIPOTI, Cláudio. Normas e gestualidades da leitura em bibliotecas brasileiras do século XIX. *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 25, 2008.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

FERREIRA, T.B.T.C. 2011. As bibliotecas públicas cariocas no século XIX. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4FERREIRA.pdf>. Acesso em: 20/06/2013.

\_\_\_\_\_. Livros e História: bibliotecas e mercado editorial no século XIX. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0981.pdf>. Acesso em 20/06/2013.

\_\_\_\_\_. O que liam os cariocas no século XIX? In: *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2005. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17536/1/R2053-1.pdf>. Acesso em: 02/06/2011.

FIGUEIRÔA, Silvia, Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclepio*, v. L, n. 2, p. 107-123, 1998.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. Livros de ciência médica na Biblioteca Nacional: o acervo sobre as doenças nervosas (1860-1880). *História Unisinos*, 18(1), p. 146-157, 2014.

\_\_\_\_\_. Livros, teses e periódicos médicos na construção do conhecimento médico sobre as doenças nervosas na Corte Imperial (1850-1880). In: FERREIRA, Tania B. C; RIBEIRO, Gladys S.; GONÇALVES, Monique de S. (Orgs.). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos missivas e bibliotecas*. São Paulo, Ed. Alameda, p. 59-87, 2013b.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.



MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 1997.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANE, S. (Org.). *Imagens da cidade séculos XIX e XX*. São Paulo, Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1994. p. 147-162.

\_\_\_\_\_. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. *Visão da modernidade. A presença britânica no Gabinete de leitura (1837-1838)*. Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos e literários em inglês). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Tese (Doutorado em História das Ciências). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007.